

# OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

| Preços da assignatura                | Anno<br>36 n.ºs | Semest.<br>18 n.ºs | Trim.<br>9 n.ºs | N.º<br>à<br>entrega | 21.º Anno — XXI Volume — N.º 712<br><br>10 DE OUTUBRO DE 1898 | Redacção — Atelier de gravura — Administração<br><i>Lisboa, L. do Poço Novo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 4</i><br>OFFICINA DE IMPRESSÃO — RUA NOVA DO LOUREIRO, 25 A 30<br>Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos à administração da Empresa do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos. — Editor responsavel Caetano Alberto da Silva. |
|--------------------------------------|-----------------|--------------------|-----------------|---------------------|---|--|
| Portugal (franco de porte, m. forte) | 35800           | 18900              | 6950            | 120                 |   |  |
| Possessões ultramarinas (idem),...   | 46000           | 24000              | —               | —                   |   |  |
| Extrang. (união geral dos correios)  | 56000           | 28500              | —               | —                   |   |  |

5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA. EM LISBOA



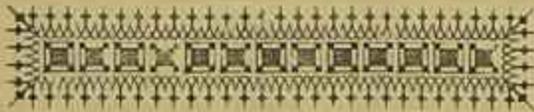
WILHEM SINGER — PRESIDENTE DO CONGRESSO



CONSELHEIRO ANTONIO ENNES — PRESIDENTE DO «COMITÉ» PORTUGUEZ



DR. MAGALHÃES LIMA — DELLEGADO DO «BUREAU»



## CHRONICA OCCIDENTAL

Bem nos quiz parecer que a tal carta do sr. Conselheiro Antonio Ennes, annunciada e logo apre-goada por alguns jornaes como verdadeiro primor litterario, não seria, ao mesmo tempo, uma obra prima de logica.

Honradamente andou o sr. Ennes, a cujo talento e character ha muito prestamos homenagem, vindo defender certas disposições do decreto, as quaes, elle o diz, se originaram na sua collabora-ção. A palavra o affirma, S. Ex.ª não trabalhou so. E, por isso, enredado na defeza do que é talvez dos outros, vem a cahir em desastrosas contradicções.

Exemplifiquemos com trechos de S. Ex.ª, que não ter-mos que sublinhar.

Logo no principio da carta:

«Por ultimo os illustres escriptores, saindo, como aliás é do seu direito, do terreno exacto dos seus proprios interesses, observam, e com razão, que...»

Mais adiante:

«A primeira das reclamações não é absolutamente infundada.»

E adiante ainda:

«A segunda reclamação é mais concreta e tem mais apparencia de attendível.»

Pois o que S. Ex.ª conclue no fim da carta é o seguinte:

«Aqui tem V. Ex.ª o que eu penso das reclamações dos auctores dramaticos. Penso que são absolutamente infundadas.»

Não pôz S. Ex.ª no fim d'este pequenino periodo o ponto de exclamação, a que todos, tanto nós como S. Ex.ª, tinhamos incontestavel direito.

Se apenas fossem pequenos lapsos, seria mesquinhez vir por elles accusar um escriptor glorioso. Mas não; são symptomas. O sr. Ennes não defende simplesmente uma obra sua; quer com seu voto clementissimo cobrir muita semrazão, que na reforma, a qual nunca será *bem executada*, como desde já infelizmente podemos proval-o, algum introduziu. Serão d'elle os artigos contra que reclamavam treze auctores de peças representadas no theatro de D. Maria II, mas paragra-phos havia talvez, posteriormente obliterados, que, explicando os artigos, calariam receios. D'ahi a conclusão do sr. Antonio Ennes, emman-ranhado, em tão visivel contradicção com as premissas. *Visível* escrevemos, porque logo os olhos dão por ella. Não ha que raciocinar.

Diz S. Ex.ª na carta ao sr. ministro do Reino que «não ha maneira de definir com rigor mathe-matico os predicados que deve reunir uma composi-ção litteraria para ser considerada *moral* ou *bella*.»

Tem razão.

Diz mais que «desde que tenha de fazer-se *escolha* no repertorio proposto *alguem* ha de fazel-a e esse *alguem* poderá errar e poderá abusar por mais preceitos que se estabeleçam para o exercicio do seu arbitrio.»

Perdão.

Queixavam-se frequentemente os escriptores dramaticos de que estivesse a escolha do repertorio para o theatro de D. Maria II dependente do arbitrio da trez actores, João Rosa, Augusto Rosa e Brazão, aliás dos mais distinctos incontestavelmente. O ponto de vista dos actores é facilmente pessoal e um papel de effeitos brilhantes, pôde existir na peor das obras dramaticas. Poderiamos encher agora uma columna de considerações a tal respeito, mas tudo é tão conhecido, que o sr. Antonio Ennes decerto nos dispensará d'esse estendal de logares communs.

Era preciso remediar-se o mal? Triplicou-se. A razão inversa é a que deve n'estes casos applicar-se. Temos agora um só actor em vez de trez!

Mas ha mais e muito peor. E' o gerente da nova sociedade o encarregado da escolha do repertorio; mas são tantas e taes as attribuições d'esse cargo, que é provavel, senão certo, que os eleitores não irão attender em primeiro lugar ás aptidões litterarias do escolhido.

Ha um recurso, é verdade: o commissario do governo. Mas porque foi negado aos auctores dramaticos o influem por meio de voto na nomeação d'esse fiscal? Alguns jornaes trouxeram sobre o assumpto uma noticia como certa. Talvez que esse simples direito contentasse alguns auctores, á falta de um *comité* de leitura ajuizadamente organizado.

Lembra S. Ex.ª ao sr. José Luciano de Castro que talvez os auctores dramaticos pudessem apresentar algum alvitre que os contentasse. Já n'essa parte o sr. ministro do reino desattendeu o sr. Antonio Ennes. Um secco *indeferido* tornou inutil qualquer nova tentativa dos auctores, por emquanto.

Reclamavam tambem contra o limite fixado para a despeza de montagem de qualquer peça. Diz o sr. Ennes que com um conto de réis se pode pagar muita lona pintada e muito veludilho. Decerto. No Dalloz.

Se Almeida Garrett houvesse tido a desventura de viver n'estes maus tempos e entregasse o *Fr. Luiz de Sousa*, ao gerente do theatro, que, como vimos, poderá não ter as qualidades indispensaveis a um critico litterario, pois que o decreto as não exige, dar-se-hia talvez o nefando caso da regeição da peça deante d'um simples orçamento bem leito. O commissario do governo curvar-se-hia, abria de leve os braços n'um gesto de impotencia, e Garrett levaria o manuscrito para casa, sem outro recurso para ver montada a peça além d'umas economias ganhas... a cavar.

Limitem-se as despesas; é justissimo. Ponham-se fora do theatro peças cujo atractivo consista apenas no grande espectáculo; serão sinceros os nossos applausos. Mas limitar as despesas a um conto de réis (e a receita bruta de dois espectaculos nem sequer é tanto) é simplesmente, absolutamente ridiculo.

Ha tempos, grande numero de auctores dramaticos, criticos e jornalistas, reclamaram contra certas clausulas do programma do ultimo concurso, as quaes se referiam tambem a peças de grande espectáculo. O accordo a que chegaram com os societarios da empreza fixou para as despesas de montagem uma quantia muito superior á determinada agora.

O sr. conselheiro Antonio Ennes ou está muito esquecido ou foi mal, e talvez mal intencionadamente, informado sobre este assumpto.

Diz S. Ex.ª que não ha contradicção entre o art.º 40 e os preceitos dos art.º 44 e 45. Um marca a epoca em que uma peça deve ter a sua primeira representação, os outros asseguram aos auctores a permanencia das peças em scena, até que se dêem determinadas diminuições de receita. A contradicção está effectivamente salva por um *quanto possivel* algo assustador.

Com respeito á reclamação que os auctores dramaticos fizeram contra a nova tabella de direitos, começa o illustre escriptor por lembrar ao Sr. Ministro do Reino que as letras são inimigas dos algarismos e que quasi sempre o talento desdenha o calculo. S. Ex.ª deseja provar-nos que é uma excepção á regra e enche de numeros uma longa columna do *Diario do Governo*.

Desculpe-nos o Sr. Antonio Ennes, mas não foi de certo para convencer os auctores dramaticos de que melhoraram de situação que S. Ex.ª dispendeu prodigamente, esbanjadoramente, tanta sciencia arithmetica. Qualquer d'elles, muito provavelmente, completou o terceiro anno do lyceu e será capaz de reduzir tantos calculos a uma simples formula algebrica occupando uma só linha, não mais.

Do que elles se queixam é tão só d'uma simples quantidade, que entra na formula com um signal negativo e que se chama despeza *seral*.

Porque a não define o decreto?

Foi com certeza na melhor boa fé que o Sr. Antonio Ennes a calculou por excessiva em cincoenta mil réis, quando as peças não sejam de grande espectáculo. Deus o ouvisse! Mas se por conveniencias, aliás possiveis e até determinadas pelas disposições do art.º 4 do decreto, o scenario, a mobilia, o guarda roupa, os adereços forem alugados e pagos ás noites? Se ás noites forem pagos os artistas contractados, como ás noites será paga a divida de quatro contos de réis que o governo empresta á sociedade? Que disposições do decreto obrigam o gerente a não introduzir essas verbas na conta das despesas *seraes* ou porque ha de o commissario deixar de approval-as? Nem o decreto se refere a assumpto de tanta importancia, nem o Sr. Antonio Ennes nos responde á pergunta. Pois poupára uma columna de numeros e a nós uma duvida.

Desde que da administração economica depende principalmente a receita do auctor, deverá elle ser consultado, discutir preços, reclamar economias. oppôr-se a certas despesas?... Se as letras são inimigas dos algarismos?... Se o talento desdenha o calculo?

Observaram os auctores dramaticos na sua reclamação que fora tardia a promulgação do decreto, o qual apparecerá na quadra do anno em que os artistas de valor já se achavam quasi todos ligados por outros compromissos. Pediam por

isso que o theatro não fosse por enquanto concedido e que o governo o puzesse em hasta publica por um anno apenas, aproveitando-se então esse praso para mais maduramente ser estudada a questão theatral.

Nada mais justo.

O proprio sr. Ennes confessa que o decretamento da nova organização «não foi o mais opportuno, porque encontrou artistas já escripturados para a epocha theatral proxima e portanto inhibidos de fazerem parte da sociedade a organisar.»

Mas acha S. Ex.ª que tambem este inconveniente encontrou remedio nas disposições fundamentaes do novo regimen.»

E explica: «Segundo taes disposições, o quadro d'essa sociedade não deve ser preenchido desde já, devendo ficar n'elle quatro vagas, e essas serão sufficientes para as admissões futuras dos artistas que actualmente não podem ou não querem ser admitidos e cuja presença no theatro de D. Maria é, se não indispensavel, util.»

Já aqui uma injusticia flagrante indigna os menos perspicazes. Pois offerecem-se quatorze logares a outros tantos actores ou actrizes desempregados, dos quaes nem todos merecem o nome de artistas, e são sufficientes quatro vagas para tantos já ligados por outros compromissos e entre os quaes alguns haverá de primeira ordem? Mas de quem é a culpa se o decreto appareceu com um anno de atraso?... Do governo, e só d'elle.

Mas ha mais e muito peor.

O art.º 6 do decreto de 8 de agosto é positivo.

«A sociedade do theatro de D. Maria II será composta normalmente de *dezeses* artistas dramaticos portuguezes de ambos os sexos; todavia constituir-se-ha unicamente com *quatorze* para que o seu quadro não fique logo a principio fechado, e o governo poderá excepcionalmente elevar o numero dos associados até *dezoito*, se assim for necessario, para que tenham ingresso na sociedade artistas de merecimento relevante, e se o permitirem as receitas de exploração do theatro.»

Pois contra o expresso no decreto, sem o menor respeito pela opinião do sr. Antonio Ennes, tão ingratamente desconsiderado, as vagas ficaram, mas todas na terceira classe. O primeiro a calcar o decreto aos pés foi o proprio governo. E quer o sr. Ennes que a reforma seja *bem executada*!

Se um dia artistas de altissimo valor como Brazão, Augusto Rosa ou Rosa Damasceno, com nomes prestigiosos como o do Valle, cheios de talento como Angela Pinto ou de certissimo futuro como Palmyra Bastos, e quantos mais! quizerem entrar para a sociedade do theatro de D. Maria II, lá tem quatro vagas na terceira classe, onde os seus nomes poderão figurar ao lado d'outros, que nem sequer significam uma esperanza, porque o são de dois quinquagenarios!

O sr. Ennes com certeza não acha isto *sufficiente*.

Alguns artistas que hoje fazem parte da sociedade tinham escripturas n'outros theatros, ou, pelo menos, estavam comprometidos de palavra com outras emprezas. O governo accitou-lhes os requerimentos. Diz-se que serão licenciados. Mas como sabiam elles que o haviam de ser? Será tudo isto uma comedia cujo desfecho já era conhecido ha muito? O art. 35.º do decreto, referindo-se aos motivos porque os socios poderão ser excluidos da sociedade, prohibe-lhes o incorporarem-se em qualquer companhia dramatica que não seja a do theatro de D. Maria II, sem consentimento do gerente da sociedade e do commissario do governo. Quem é o gerente já eleito, o commissario já nomeado, que lhes concederá essa licença? Estava então tudo previsto?... Querizer tudo combinado!

Pode o sr. Conselheiro Antonio Ennes ter a certeza de que nenhum dos signatarios do protesto obedeceu a suggestões de qualquer ordem. Um ideal de justicia os reuniu. Desconfiados estavam. Todos elles. Treze homens não se deixam assim suggestionar, todos, n'um mesmo sentido. Mais facil, muito mais, é deixar-se suggestionar um só. Diz S. Ex.ª que o não prendem já ao theatro nem interesses nem paixões. E' n'esse estado d'alma — pôde lê-lo S. Ex.ª em todos os livros que tratam de molestias nervosas — que as suggestões são mais faíceis.

A carta do illustre homem de letras termina com o seguinte periodo: «Seja essa reforma *bem executada* como é mister, que logo se calará a opposição que suscitou.»

Não se esqueceu o sr. Ennes de sublinhar aquellas duas palavras para que não passassem despercebidas aos olhos de ninguem no ministe-

rio do reino. Não lhe farão entretanto a vontade. Souberam dar razão a um dissidente contra a enorme maioria dos auctores dramaticos, mas no resto, onde lhes não fez conta, desprezaram completamente, como já provámos, ingratamente, ofensivamente, a opinião a que quizeram ir buscar uma defesa, um arrimo.

A misericórdia tem limites, e o sr. Antonio Ennes não levará com certeza essa virtude até vir defender em publico os primeiros actos do governo na execução do seu proprio decreto.

E o desrespeito que houve por elle custa nos tanto mais, quanto é certo que o illustre dramaturgo, uma das glorias do theatro portuguez, mais uma vez nos veio provar com a sua carta o talento e a boa fé, a que todos prestamos incondicional e justissima homenagem.

João da Camara.

P. S. — Não era em meio d'um necrologio feito não sei bem a quê, se á arte dramatica portugueza, se á justiça, se já a certos artigos do decreto de 8 de agosto assassinados pelo proprio governo pae, não era em meio de phrases graves copiadas de artigos e paragraphos da folha official, não era entre enjoativos aromas de cera queimada, agua phenica e pós insecticidas, que nos era possível falar de arte viva, d'um poema de luz cantando o genio da musica, d'essa obra prima d'um genio portentoso que é gloria nossa, d'essa jarra Beethoven que é o mais bello capitulo de toda a obra de Raphael Bordallo.

Exposta, desde ha dias, no foyer do theatro D. Amelia, não se fartam os olhos de admirar-a, percorrendo-a por todos os phantasticos e caprichosos ornatos, desde as volutas cor de madreperola da base até á figura esbelta da Fama, que veio posar á borda da jarra entre grandes folhas de plantas aquaticas. Tanto pode ali estar coroando o busto do maestro genial como toda a obra do artista portuguez.

Vive-se ali por momentos na região dos sonhos bons.

E se o bem da vida é o sonho, um abraço a Raphael que nos deixou sonhar.

J. C.

## À POLONIA <sup>1</sup>

... la nation polonaise, qui, malgré qu'elle est div. ses parmi 3 états, reste une dans sa totalité.

Sim, tu vives ainda, embora dividida,  
O Polonia, infeliz, e de algemas aos pés;  
Mas, se no coração tens concentrado a vida,  
Ao corpo o coração dará força outra vez.

Quando contra o oppressor não valem as espadas,  
E o direito emmudece ao retroar do obuz,  
A liberdade e a fé, por elle desterradas,  
Vão-se n'alma esconder, e prestam-lhe mais luz.

Essa luz é que fez um dia revoltar-te,  
E as hostes do tyranno arrostar sem pavor;  
Essa luz é que veio a queda alumiar-te,  
E atrahiu sobre ti dos mais povos o amor.

E essa luz venera; que á discordia de outr'ora,  
Que o abismo te cavou da negra perdição,  
No infortunio, crisol, onde o ser se melhora,  
Sucedeu fraternal, sympathica união.

Com ella vencereis, polacos: as ideias,  
Quando justas, co'o tempo alcançam triumphar.  
Porém de três nações?! Bem fracias as areias  
São, e formam barreira unidas contra o mar.

Mas o potro, a miseria, o carcere, o desterro?  
Ha de a affronta, a violencia inda mais vos unir.  
Os grilhões que arrastaeis fundem-se, são de ferro;  
Da patria o santo amor nada o pode fundir.

<sup>1</sup> Na relação dos congressistas estrangeiros da Imprensa, agora reunidos em Lisboa, não especificaram alguns jornais os da Polonia, pois ali se incluíram como pertencendo a um dos países por que aquella desditosa nação foi injusta e violentamente repartida. A este lamentavel facto allude o sr. Skrzepanski, um dos sete congressistas polacos, dirigindo ao *Diario de Noticias* uma nobre carta, em que o rectifica, a qual termina com o seguinte paragrapho, d'onde tirei a minha epigraphie: «Nous vous prions de donner ces détails parce qu'un nous confond avec des délégués des autres nations — et nous tenons à constater que les délégués de la presse polonaise de toutes parties de l'ancienne Pologne ne représentent qu'une même, et est à dire, la nation polonaise, qui, malgré qu'elle est divisée parmi 3 états — reste une dans sa totalité.»

<sup>2</sup> Foi da leitura d'esta carta que nasceu a minha poesia.

Venturosos, oh! sim, mil vezes venturosos  
Os que lograrem ver da liberdade o sol!  
Tê estremeceirão de jubilo, orgulhosos,  
Vossos mortos heroes no funebre lençol.

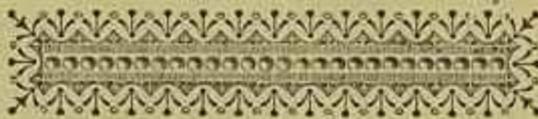
Alguns inda hão de vir co'as carnes palpitando,  
Feridos do martyrio, e de sangue a escorrer;  
Porém todos, o olhar aos céos alevantando,  
Polonia, hendirão, teu fausto alvorecer.

Se eu pudesse gosar tão esplendido dia!  
Mas gosai-o-ha de certo este povo leal,  
Que soffreu, como tu, do extranho a tyrannia,  
E, como te erguerás, se ergueu livre afinal;

Este povo que te ama, e, d'aqui, do occidente,  
Te anima e te saúda, o povo portuguez.  
E elle que te diz por minha voz de erente:  
Espera e serás grande, ó Polonia, outra vez.

Lisboa 30 de Setembro de 1898.

Ramos-Coelho.



## AS NOSSAS GRAVURAS

### O 5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA

O congresso da imprensa que acaba de reunir-se em Portugal, honrando com esta sua escolha o nosso paiz, deve produzir evidentemente os seus resultados, sendo talvez o mais util d'elles o tornar o reino portuguez melhor conhecido lá fóra.

Registando este facto O OCCIDENTE não se alarga quanto seria para desejar, porquanto nem dez numeros seguidos bastariam para fazer a chronica do congresso e do cordealissimo acolhimento que os congressistas aqui receberam.

A nossa *Chronica* tem referido bastante sobre o assumpto e nós agora apenas faremos uma resenha em extremo succinta.

Para o congresso, inscreveram-se em tempo opportuno, além de 47 damas de diferentes países, os seguintes jornalistas: 102 francezes; 27 allemães; 14 inglezes; 26 austriacos; 13 belgas; 8 dinamarquezes; 6 hollandezes; 1 hespanhol; 7 americanos; 5 finlandezes; 34 húngaros; 37 italianos; 3 noruegueses; 2 russos; 13 suecos; 4 suíços; 1 representante do Transvaal; 44 portuguezes.

Para a commissão local executiva portugueza, na grande reunião da imprensa realizada em 11 de julho de 1898, na Sociedade de Geographia foram eleitos os seguintes jornalistas:

*Presidente* — Conselheiro Antonio Ennes.  
*Vice-presidentes* — Sr. A. J. Ferreira da Silva, conselheiro Luciano Cordeiro, P. W. de Brito Aranha, Z. Consiglieri Pedroso.  
*Secretarios* — J. d'Oliveira Ramos, Jayme Victor, D. Luiz de Castro, Marianno Pina.

*Thesoureiro* — Dr. Alfredo da Cunha.  
*Delegado do Bureau* — Dr. Magalhães Lima.  
*Vogaes* — Abel Botelho, conselheiro A. M. Pereira Garrilho, A. X. Silva Pereira, dr. Eduardo Burnay, dr. Fernando Pedroso, F. Gomes da Silva, F. Teixeira Bastos, conselheiro J. d'Azeyvedo Castello Branco, J. Fernandes Costa, J. J. Silva Graça, J. V. Andrade Neves, L. Mendonça e Costa, Lourenço Cayolla, Raphael Bordallo Pinheiro.

Foi na reunião do *comité* de direcção do *Bureau central* das associações de imprensa realizada em junho ultimo em Heidelberg, que se fixou definitivamente a data de 26 de setembro para o presente congresso, elaborando-se o programma ou ordem do dia das sessões.

A honra da escolha da cidade de Lisboa para local de reunião do 5.º congresso internacional da Imprensa correspondeu o paiz inteiro com a mais entusiastica recepção. Durante os nove dias que estiveram entre nós, os congressistas estrangeiros foram alvo das festas ruidosas de que constava o programma.

No dia 26 de setembro, realisou-se a inauguração solenne do congresso, na grande sala *Portugal* da Sociedade de Geographia.

A sala offerecia um aspecto deslumbrante. Cheia de luz e repleta de damas e cavalheiros. Ao centro estayam os congressistas e suas esposas, e nas respectivas cadeiras o governo, as commissões do congresso e do centenário, o sequito real e o corpo diplomatico.

Tendo dado el-rei a palavra ao sr. Wilhem Singer, redactor em chefe do *Neuen Wiener Tagblatt*, de Vienna d'Austria, e presidente do con-

gresso, leu aquelle jornalista a allocução inaugural em francez.

Em seguida a este discurso fallou el rei, tambem em francez, declarando inaugurado o 5.º congresso da imprensa.

N'este mesmo dia, teve lugar á noite a recepção na camara municipal de Lisboa, festa a todos os respeitos digna da primeira municipalidade do reino. Distincta e sumptuosa, esta recepção foi elegante e estonteadora pela delicada ornamentação, profusa illuminação, e selecta concorrência.

O sarau, que se prolongou até de madrugada, foi interrompido por um simulacro de incendio que os assistentes observaram das janelas do edificio, apreciando muito o material e organização do nosso serviço e pessoal de incendios.

No dia seguinte, 27 de setembro, teve lugar a primeira sessão plenaria do congresso. Tomou a presidencia o sr. Wilhem Singer, tendo por secretarios os srs. Victor de Taunay e Alonzo de Beraza. Na mesa viam-se ainda o sr. conselheiro Antonio Ennes, presidente do *comité* local, commandador Romualdo Bonfadini, Jules Claretie, dr. Koch, Albert Bataille, Magalhães Lima, Torelli-Viollier, Ernest Beckman, Carl Carstensen, Thomas Keenan Jehan Janzon, além de alguns membros do *bureau central*.

A sessão abriu pela leitura do relatório sobre os trabalhos do *bureau*, desde o congresso de Stockolmo até ao de Lisboa, feito pelo sr. Victor Taunay.

Este trabalho, muito bem elaborado, relata os progressos que, de dia para dia, se tem feito para a solidariedade jornalística e o resultado proficuo que tem tido os esforços empregados por quantos tem tomado a peito todas estas questões de imprensa. Varios pontos do relatório foram coroados de applausos, principalmente os que se referiam ao sr. dr. Magalhães Lima, que tem trabalhado immenso para o bom exito dos congressos da imprensa. Mr. Taunay aproveitou a occasião para frisar quanto penhorados se achavam os congressistas para com as magestades, por terem inaugurado as sessões do congresso.

Mr. Gauler, thesoureiro do *bureau*, leu tambem o seu relatório e assim terminou a primeira sessão plenaria.

Ao meio dia e um quarto, partia da *gare* do Rocio o comboio que levava os congressistas a Cintra. De todas as festas que lhes foram offerecidas nenhuma deixou mais gratas impressões do que a encantadora excursão.

A caminho da Pena era estonteante o aspecto da extensa fila de cerca de cem carruagens, fazendo os torcicolos de uma serpente immensa. Era um espectáculo maravilhoso o successivo desdobramento do panorama, á medida que o cortejo ia subindo, as extensas planícies desenrolando-se, as *villas* e veigas ao longe, o mar espumando a algumas leguas na praia das Maças, os blocos de granito inverosimilmente equilibrados, as mattas, os bosques, as flores, o que tudo enchia de admiração e encanto os nossos illustres hospedes.

Depois, chegados ao alto e apeitados, em massa, os congressistas entraram no pittoresco corredor em abobada do castello e começaram a sentir que iam ver uma obra de arte nunca vista. Atravesaram a ponte levadiça e, chegados ao terraço, foram por turnos percorrendo as varias salas e dependencias do edificio, admirando as preciosidades raras e artisticas que enriquecem o palacio.

Foi no recinto do *lawn tennis*, que se serviu o *lunch*. Este, ao ar livre, decorreu no meio da maior animação, trocando-se ao champagne vivas e fraternas saudações. O sr. Victor Taunay, jornalista francez, empunhando a sua taça, agradeceu aos portuguezes a sua generosidade, gabando a excellencia dos vinhos e, particularmente, a poesia do passeio. Referiu-se aos laços de sympathia que d'ora avante ficam existindo entre uns e outros, terminando por dizer que todos os congressistas ficariam para sempre recordando o extraordinario passeio.

Aqui e ali, formavam-se pequenos grupos, ligados por uma captivante cordialidade, pelos quaes os creados com as bandejas circulavam sempre, servindo o *lunch*, que foi magnifico.

No regresso os congressistas visitaram Monserrate, Settaes, Estephania e o palacio real de Cintra; admirando n'este ultimo quantas coisas notaveis ali se encerram.

Ao abandonarem a pittoresca villa, conhecia-se bem a magoa com que todos o faziam. Realmente, a excursão mereceu os maiores elogios e foi decerto o numero mais notavel de todo o programma!

Na quarta feira 28, teve lugar a segunda sessão do congresso. Lembraremos que os assumptos dados para ordem de discussão eram os seguintes:



SESSÃO INAUGURAL DO 5.º CONGRESSO, NA SALA DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA  
(Cópia de photographia do sr. Ventura Braz da Piedade)



ASPECTO DA NAVE DO PALACIO DE CRYSTAL DO PORTO, ANTES DO BANQUETE  
OFFERECIDO AOS CONGRESSISTAS  
(Cópia de photographia do sr. Emilio Biel)

## 5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA, EM LISBOA



«LUNCH» OFFERECIDO AOS CONGRESSISTAS  
PELO SR. A. B. FERREIRA, NA QUINTA DO VESUVIO

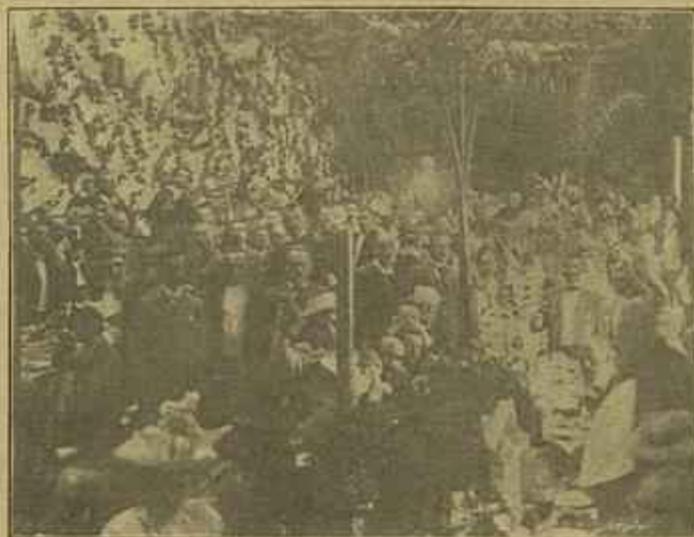
(Cópia de photographia do sr. Aurelio da Paz dos Reis)

- a) Tarifas telegraphicas internacionaes. Relator, A. de Beraza (Hespanha);
- b) Creação e funcionamento do gabinete internacional dos correspondentes. Relatores M. M. Torelli Viollier (Italia) e Janzon (Suecia);
- c) Propriedade litteraria dos artigos politicos. Relatores: dr. Osterieth (Allemanha) e mr. Albert Bataille (França);
- d) Ensino profissional do jornalismo. Relator, mr. Albert Bataille;
- e) Creação e attribuições de um tribunal d'arbitragem internacional. Relator, mr. Torelli Viollier;

f) Relatorio comparativo das diversas legislações da imprensa. Relatores, mrs. Beraza, Albert Bataille e Osterieth;

g) Creação de cartas da identidade para servir aos jornalistas no estrangeiro. Relator, mr. Victor Taunay.

N'esta segunda sessão, foi pois lido o relatorio (c) sobre a *reprodução de artigos politicos*, que levantou acalorada discussão, estabelecendo o congresso as conclusões:



OUTRO ASPECTO DA CASA ONDE FOI SERVIDO O «LUNCH»  
NA QUINTA DO VESUVIO

(Cópia de photographia do sr. Aurelio da Paz dos Reis)



O «LUNCH» NO PARQUE REAL DA PENA, EM CINTRA

(Cópia de photographia do sr. Ventura Braz da Piedade)

Primeira — no que diz respeito especialmente aos artigos que tratam de questões políticas, religiosas, economicas ou sociais é reconhecido o direito de citação parcial no interesse da livre propaganda das idéas.

Segunda — o direito de reprodução integral é reconhecido nas mesmas condições, salvo no caso do artigo reproduzido ter a nota de interdito.

Terceira — Os artigos e os extractos reproduzidos deverão ser sempre acompanhados da citação do nome do jornal e, se o artigo for assignado, da citação do nome do auctor.

Com a aprovação d'estas conclusões se fechou a segunda sessão, realisando-se depois o passeio a Belem, a ver a Torre e os Jeronymos, seguindo os congressistas depois para o palacio da Ajuda, onde as magestades deram recepção. A noite realisaram-se as illuminações em Cascaes, a que foram assistir os congressistas, excursão que muito agradou.

Na esplanada frente a cidadella foi servida uma abundante ceia. O aspecto da torçosa bahia de Cascaes excedia tudo o que de grande e surpreendente nos podemos dizer. Illuminada artisticamente, constituia um espectáculo phantastico, deslumbrante, unico.

Numa extensão de mais de tres kilometros, desde o edificio do Casino de Cascaes até ao forte da Poça, no Estoril, todos os edificios se achavam illuminaados a capricho, com luzes de variegadas cores, desenhando as linhas dos telhados, das portas e janellas. Assim, no alcantilado da montanha, sobressahiam na illuminação geral, em posições diferentes, os chalets da sr.<sup>a</sup> duqueza de Palmella, dos srs. Ornellas e duque de Loulé, da sr.<sup>a</sup> marquesa do Fayal, dos srs. Schroeter, Bernardino Ribeiro, Vianna Garção, Augusto dos Santos, Carlos Anjos e o forte da Poça.

No dia seguinte realisou-se a sessão de encerramento do congresso, sessão memoravel pelas sollemnes affirmações de agradecimento que ali protestaram os estrangeiros ao paiz que tão carinhosamente os recebeo.

Dada a palavra ao sr. Albert Bataille, do *Figaro*, leu este jornalista de principio a fim o seu magnifico relatório sobre o *Ensino profissional do jornalismo*, sendo por vezes ruidosamente applaudido.

Tomaram parte na discussão do relatório os srs. Paul Ocker, Clayden, Beraza e Jean Bernard, sendo depois as conclusões d'elle approvadas. Seguidamente, foram distribuidos os trabalhos a discutir no proximo Congresso, e o sr. Torelli-Viollier leu o seu relatório sobre a instituição de um tribunal de arbitragem internacional.

Votou-se depois por aclamação a reunião do proximo Congresso, em setembro de 1899, em Roma, o que o italiano sr. Emilio Faelli agradeceu n'um discurso em latim.

Encerrando o 5.<sup>o</sup> Congresso Internacional da Imprensa, Jules Claretie fez um breve mas brilhante discurso, que foi ouvido no meio do mais profundo silencio, e ao qual responderam Magalhães Lima e Antonio Ennes, em inspirados discursos, sendo deveras notavel pela concisão e conceitos o d'este ultimo.

De tarde a corrida de touros dedicada aos congressistas mereceu lisongeiro apreço.

A sexta feira 30 foi o dia destinado á excursão a Thomar, onde no claustro do convento de Christo se realisou um delicioso almoço, visitando depois os congressistas a grande fabrica de fição e admirando os lindos panoramas da encantadora povoação nabantina.

A noite teve lugar a recita de gala no theatro D. Amelia, a que concorreram grande numero de congressistas, e onde se representou a bella comedia do nosso chorado director litterario e querido amigo Gervasio Lobato — *O commissario de policia*.

No sabbado 1 de outubro ainda se realisou o passeio fluvial no Tejo e a noite o grande banquete de 400 talheres na vasta sala e palco do Real Theatro de S. Carlos, onde, aos brindes o sr. conselheiro Ennes pronunciou um magnifico discurso, habilmente entretecido, que mereceu lisongeiras referencias a todos que o ouviram.

No doningo 2 realisou se a partida para o Porto, servindo-se o almoço na gare da estação da Pampilhosa, artisticamente ornamentada para esse fim.

No dia seguinte teve lugar a visita aos armazens de Villa Nova de Gaya, a recepção na Bolsa, o passeio a Leixões, e o banquete de 340 talheres no palacio de Crystal.

A grande cidade do norte do reino foi igualmente lhana e calorosa na recepção dos seus visitantes. Mas onde toda esta serie de festas teve o seu termo primoroso foi na excursão á região vinicola do Alto Douro, e no almoço na quinta do

Vesuvio, offerecido pelo sr. Antonio Bernardo Ferreira, opulentissimo proprietario d'aquella região.



A CASA DO SR. A. B. FERREIRA

(Cópia de photographia do sr. Aurelio da Paz dos Reis)

Na manhã do dia 4 partiu do Porto o comboio dos congressistas e convidados, levando cerca de 400 pessoas. Os estrangeiros ficaram admirados com as regiões minhota e duriense, que atravessaram, pelos cambiantes que offereciam.

Em diversas estações da linha ferrea houve saudações. O comboio chegou á quinta do Vesuvio depois do meio dia, tendo os excursionistas recepção festiva não só por parte do sr. Antonio Bernardo Ferreira, filhos e genro, como pelos aldeãos que ali appareceram com suas festas caracteristicas.

Após a troca de cumprimentos cordeaes, os congressistas e convidados inscreveram os seus nomes em folhas soltas, que constituem uma recordação da visita dos membros do congresso internacional da imprensa.

O lunch foi imponente, sendo muito artisticos os menus distribuidos.

Diversão encantadora a todos os respeitos, coroou ella devidamente a requintada hospitalidade de que Portugal deu provas incontestes.

As festas em honra dos congressistas associaram-se brilhantemente o commercio e a industria demonstrando a sua activa vitalidade.

Se o presente congresso não teve directamente outro fim mais util e mais pratico do que aquelle que apontamos, o do mais justo conhecimento do nosso paiz por parte da Europa e do mundo inteiro, teve o grande valor de estreitar as relações internacionaes, confraternizar a imprensa, essa força poderosa que tanto pode actuar no destino das nações.

## O JORNALISMO PORTUGUEZ

(ALGUMAS NOTÍCIAS CURIOSAS)

*Datas em que foi introduzida a imprensa periodica em diversos pontos de Portugal e possessões*

**Lisboa.** Em março de 1625 com as *Relações* de Severim de Faria, e novembro de 1641 com as *Gazetas* chamadas da Restauração com o título *Gazeta em que se relatam as novas todas que ouve nesta Corte e que vieram de varias partes, etc.*

**Porto.** Em janeiro de 1740 com o *Zodiaco Lusitano*.

**Coimbra.** Em 11 de julho de 1808 com a *Minerva Lusitana*.

**Funchal.** Em 28 de janeiro de 1821 com o *Patriota Funchalense*.

**Goa.** Em 22 de dezembro de 1821 com a *Gazeta de Goa*.

**Macao.** Em 12 de dezembro de 1822 com a *Abelha da China*.

**Guimarães.** Em 1823 com o *Azmel Vimaranesense*.

**Angra.** Em 17 d'abril de 1830 com a *Chronica da Terceira* (o primeiro jornal publicado nos Açores).

**Bombaim.** Em 17 de maio de 1831 com o *Mensageiro Bombayense*.

**Ponta-Delegada.** Em 4, 9 e 29 de maio de 1832 com a *Chronica-semanario dos Açores* (seguinte da *Chronica-semanario da Terceira*) e em 18 de abril de 1835 com o *Açoriano Oriental*.

**Faro.** Em 15 de junho de 1833 com a *Chronica do Alentejo*.

**Damão.** Em 18 de julho de 1835 com o *Portuguez em Damão*.

**Braga.** Em 12 de setembro de 1837 com o *Boletim do Exercito Restaurador*.

**Castello-Branco.** Em 19 de dezembro de 1841 com a *Sentinella da Liberdade*.

**Bragança.** Em 15 de setembro de 1845 com o *Pharol Trasmontano*.

**Aveiro.** Em 1 de outubro de 1846 com o *Boletim de Noticias*.

**Portalegre.** Em 6 de novembro de 1846 com o *Boletim de Portalegre*.

**Evora.** Em 13 de janeiro de 1847 com a *Chronica Eborensis*.

**Elvas.** Em 1847 com o *Periodico Recreativo*.

**Vizeu.** Em 1847 com o *Boletim Noticiario e Politico* e em 15 de outubro de 1853 com o *Vizense*.

**Setubal.** Em 1 de julho de 1851 com o *Setubalense*.

**Barcelos.** Em 25 d'outubro de 1853 com o *Barqueiro do Cavado*.

**Lerria.** Em 8 de junho de 1854 com o *Leiricense*.

**Lamego.** Em 12 de novembro de 1854 com o *Echo da Beira e Douro*.

**Valença do Minho.** Em 17 de novembro de 1854 com a *Razão*.

**Vianna do Castello.** Em 2 de julho de 1856 com o *Timbre*.

**Santarem.** Em 13 de novembro de 1856 com o *Scalabitano*.

**Horta.** Em 7 de janeiro de 1857 com o *Incentivo*.

**Guarda.** Em 1860 com o *Magrico* (Trancoço) e em 30 d'abril de 1865 com o *Districto da Guarda* publicado n'aquella cidade.

**Beja.** Em 3 d'abril de 1860 com o *Bejense*.

**Villa-Real.** Em 18 de dezembro de 1864 com o *Commercio de Villa-Real*.

**Loanda.** Em 6 de dezembro de 1866 com a *Civilização da Africa Portuguesa*.

**Quilimane.** Em 1 de julho de 1877 com o *Africano*.

**Cabo Verde.** Em 19 de fevereiro de 1879 com o *Correio de Cabo Verde*.

*Actuals decanos do nosso jornalismo (por ordem da sua antiguidade)*

**Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa.** Janeiro 1835 (de classe).

**O Açoriano Oriental,** ilha de S. Miguel, cidade de Ponta Delgada. 18 d'abril de 1835 (politico).

**Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana,** Lisboa, Maio de 1836 (orgão de classe).

**O Angrense,** ilha Terceira, cidade de Angra do Heroísmo. 23 de Sete mbro de 1836 (politico).

**A Nação,** Lisboa. 15 de Setembro de 1847 (politico).

**O Instituto,** Coimbra, (revista scientifica e litteraria). 15 de março de 1852.

**Jornal do Commercio,** Lisboa. 17 de outubro de 1853 (politico).

**O Combricense,** 24 de janeiro de 1854 (N. B. Continuação do *Observador*. Iniciado em 16 de novembro de 1847).

**Commercio do Porto.** 2 de junho de 1854.

**O Foyalense,** (Horta-Açores). 1 de abril de 1857.

**A Terceira,** (ilha Terceira-Angra) 4 de janeiro de 1859.

**Jornal do Porto.** 1 de março de 1859.

**O Ultramar,** (India). 6 de abril de 1859.

**Campeão das Provincas.** Aveiro: 1 de novembro de 1859.

**Archivo Juridico,** Lisboa: Janeiro 1860.

**O Bejense.** Em 3 de abril de 1860.

**Voz do Povo,** ilha da Madeira. Funchal: 17 de maio de 1860.

**India Portuguesa** (Nova Goa) em 4 de janeiro de 1861.

**A Persuasão.** Ponta-Delegada: em 1 de janeiro de 1862.

**Religião e Patria** (Guimarães) 29 de outubro de 1862.

**Commercio de Villa Real.** 18 de dezembro de 1864.

**Diario de Noticias** (Lisboa) 1 de janeiro de 1865.

*Diário Popular* (hoje *O Popular*) Lisboa: 13 de julho de 1866.

*Primeiro de Janeiro*. Porto: 10 de janeiro de 1869.

*O Noticioso*. Valença: 1 de setembro de 1869.

### Das Folhas Officiaes

Eis a ordem chronologica do seu apparecimento:  
*Diário do Governo* em 16 de setembro de 1820 numero do qual se fez 2.<sup>a</sup> edição em 16 de outubro seguinte que é o inicio da collecção.

*Boletim do Governo do Estado da India* em 7 de dezembro de 1837.

*Boletim Official do Governo de Macau* em 5 de setembro de 1838.

*Boletim Official de Cabo Verde* em 24 de agosto de 1842.

*Boletim official do Governo de Angola* em 13 de setembro de 1845.

*Boletim Official da Provincia de Moçambique* em 13 de maio de 1854.

*Boletim Official de S. Thomé e Príncipe* em 3 de outubro de 1857.

*Boletim Official do Governo de Guiné* em 8 de fevereiro de 1880.

S. P.

## O MAU OLHADO DE FUAS MAIA

(Continuado no numero anterior)

«Quereis divertimento?»  
«Vamos a ver, vamos a ver o que isso vale!»  
gritavam elles enquanto o ladrão carregava o arcabuz.

«O diabo me dê firmeza, que vos quero provar o que é ter boa pontaria!»

E pondo a arma á cara apontou-a ao infeliz frei Damião.

Todos se calaram, seguindo com a maior attenção os movimentos do atirador.

Quando se viu n'um perigo tão grande, o frade não se pde conter mais tempo.

«Ai! ai!...» gritou elle.

O ladrão abaixou a arma.

«Esta é nova!...» exclamou «Quem está ahí?»

Nem um suspiro lhe respondeu.

«Quem está ahí, com mil bombas!»  
Nada de resposta.

Então o homem levantou um chuçó e começou a varejar com elle furiosamente a arvore. Os outros riam a bandeiras despregadas.

«Vae lá ver, homem!»

«Dou-lhe mas é um tiro que o rebento!»

«Não! não! senhor bandoleiro, por piedade!»  
exclamou o frei Damião!

«Quem és tu?»

«Sou um frade.»

«Estás só?»

«Com um companheiro.»

«Anda cá, que te quero ver o focinho.»

«Eu antes queria não descer... Deixae-me em paz, por quem sois, senhor bandoleiro!»

Os bandidos desataram ás gargalhadas.

«É de boa feição! Temos que rir...»

O chefe então chegou-se ao tronco.

«A que ordem pertences?»

«Somos freires de Alcobça... Bernardos, Senhor.»

«Optimo. Toca a descer!»

«Custa tanto!... Permitti que esperemos ao menos a madrugada. Está escuro, cá em cima...»

«Eu já te ajudo. Lá por isso não seja a duvida.»

E começou a trepar.

«E eu tambem!»

«E eu tambem!»

A arvore ia se povoando de ladrões e os frades lá no alto não sabiam já o que fazer á sua vida.

«O mau olhado!... o mau olhado!...» murmuravam.

N'um virote se viram no chão rodeados de homens de má cara que os examinavam curiosamente e riam das suas figuras lastimosas.

Um d'elles, que parecia melhor do que os companheiros, disse:

«São pobres, coitados! nada nos podem render... Deixae os em paz!»

«Elles são pobres» respondeu o chefe «mas a ordem é rica: e os freires de Alcobça se quizerem tornar a ver estes irmãos hão-de resgatal-os com seu dinheiro.»

«E se não resgatarem?»

O homem pegou n'uma arma e apontou-a aos frades:

«Pum! pum!» disse elle rindo. «Era um instante!»

«Jesus! Senhor!» e os dois cahiram nos braços um do outro.

«Aquelle Fuas, aquelle Fuas! Parece-me que não lhe posso perdoar!»

«Homens! a gente não vos vae matar já de caminho! Agora vamos para a serra do Minde — e havemos de lá estar antes de nascer o sol. — De lá mandareis recado ao vosso superior dizendo que estaes em poder do Unhas de Fome — que esse é o meu nome» — acrescentou orgulhosamente «e que não tereis liberdade sem um resgate de trinta dobrões que hão-de chegar ás minhas mãos antes do fim do mez. E se assim não for não respondo pelas vossas vidas.»

«Faremos o que nos mandas, pois nos tem em teu poder,» respondeu o frei Balthazar. «E já que estamos condemnados a viver um mez na vossa companhia, sejamos amigos.»

«Desde hontem que não comemos» disse o frei Damião a quem as palavras do companheiro animavam. «Dae-nos de ceiar, se não quereis ver nos morrer de fome!»

Fizeram nos sentar deante dos restos da vitella que os dois devoraram.

Emquanto comiam, os ladrões ainda alegres com o vinho, gritaram:

«Vivam os bons freires de Alcobça!»

«E os trinta dobrões que nos hão-de render!»

Aproveitando-se da grande vozeria o frei Balthazar disse rapidamente e em voz baixa ao frei Damião:

«É preciso levarmos tudo a rir se não quizermos que elles deem cabo de nós. Sempre cara alegre, custe o que custar, irmão!»

«Está dito, frei Balthazar; eu já tinha pensado o mesmo.»

E voltando-se para traz com um chifre de vinho na mão, exclamou:

«Vivam os cavalleiros da Serra do Minde!»

«Foi um delirio. Os homens entusiasmados dansavam renhas em volta d'elles; queriam levar-os em triumpho. Mas afinal chegou a hora da partida e cada bandido tratou de se pôr em ordem de marcha.»

«Vamos rendidos com o peso das nossas armas» di-se o Unhas de Fome com uma gargalhada. «Os frades que nos ajudem a levar-as; de caminho vão armados tambem.»

Fizeram n'os trepar para cima de mulas e afivelando lhes á roda do corpo, largos e pezados cintorões, enfiaram n'elles adagas e navalhas.

Os dois frades pareciam arsenaes armados até aos dentes, semelhavam bandidos de estranha especie.

O frei Balthazar benzeu-se ás escondidas e o frei Damião murmurou:

«O que diria o Geral se nos visse agora!»

Por matagaes e descampados e por densos pinhaes caminharam cinco horas sem descanso.

Esta interminavel jornada derrejava os pobres frades coitados, pouco habituados a cavallarias.

De vez em quando ouvia-se o grito dos homens animando as bestas e alguma graça perdida em rios atroadores que pareciam não ter fim.

Os frades já muito moidos e desengonçados com o chouto das muares, amaldiçoavam de si para si a hora em que se tinham embrenhado no sobreiral. Mil vezes preferiam a pancadaria do moleiro aquella insuportavel marcha forçada.

Afinal chegaram a serra do Minde, a uma grande caverna onde os salteadores se reuniam e onde guardavam os seus roubos.

Tiveram então que desmontar os dois irmãos de Alcobça, pois iam com as pernas tão entorpecidas que por si já se não podiam mexer. Os ladrões deitaram-n'os para cima de uns montes de pasto e para ali os deixaram dormir á regalada.

Quando acordaram, d'ahi a muitas horas, já o sol de novo desaparecera. Levantaram-se, fracos, doridos e com bastante fome.

«Frei Balthazar... Ai, frei Balthazar!...»

«Nada de tristezas! E' preciso alegria. Porque se os bandidos se enfadaram connosco... Pum! pum!... Bem o sabeis, frei Damião...»

«Se o sei» suspirou tristemente o mais novo.

N'isto ouviram passos e vozes e o frei Damião com medo que o achassem semsaborão, murmurou:

«Por Deus! um fandango, frei Balthazar!»

E quando os ladrões chegaram, viram os frades um em frente do outro, arregaçando os habitos e pulando como uns possessos.

«Muito bem!» exclamaram os homens rindo a bom rir. «Assim é que se quer... E' folgar, é folgar!»

Depois, o Unhas de Fome entregou ao frei Balthazar um pergaminho e obrigou-o a escrever ao superior do convento pedindo o resgate conforme elle lhe dissera na vespera.

«E agora» disse elle. «E' esperar pelo dinheiro

com paciencia até ao fim do mez. E olhae, que eu não quero mandriões. Todos os dias haveis de limpar a caverna e fazer-nos o comer.»

E então começou para os prisioneiros uma existencia má de trabalho constante e de privações.

Corria o tempo. Dos seus enormes ventres nada existia. A barba já crescida dava-lhe um falso ar de bandidos de contrabando mascarados...

(Continua)

Gi.

## OURO ESCONDIDO

NOVELLA ITALIANA DE SALVATORE FARDIA

(Continuado do numero anterior)

XXIV

No quarto do Frederico entrava o ar por duas janellas, abertas de par em par, e com o ar, o sol que animava as mariposas e os cupidinhos pintados nas paredes.

O Frederico jazia vestido sobre a cama, com a cabeça d'alto, encostada a tres almofadas sobrepostas; cobria-lhe a testa um lenço branco e tinha os olhos fechados; a respiração igual e tenue, porém, claramente dizia que não estava a dormir.

O Romulo, que estava sentado á cabeceira da cama, quando ouviu ruido, voltou-se, viu a Amalia e aproximou-se d'ella, mas nos bicos dos pés.

— Está melhor; salvou-se; diz seu pae que deve ter fortes dôres de cabeça; elle, porém, de nada se queixa, não me disse uma palavra e apenas abre os olhos, ás furtadellas; está com vergonha; quando lhe vou mudar o lenço molhado em agua fria, suspira, para me agradecer; e mais nada, é bom como um anjo.

Callou-se d'improviso o Romulo, e indicando á donzella o descorado rosto do enfermo:

— Ora observe — murmurou em voz muito baixa — está nos escutando... Na realidade, o Frederico dobrará um pouco a cabeça, para melhor ouvir o que á roda d'elle diziam. Retrocederam os dois em bicos de pés, e foram para ao pé da janella mais afastada.

— Quando o trouxemos para aqui — proseguiu o Romulo — proferiu uma palavra unica: *a carta*. Delirava, sem duvida — De que carta quereria elle fallar? Sabe se receberia alguma?

— Escreveu uma ao engenheiro — respondeu a Amalia.

Debruçando-se na janella, por acaso, viu assomar á porta que ficava por baixo um papel desdobrado; continha poucas linhas escriptas o papel, e sem embargo, o engenheiro, encoberto pelo vão da porta, invertiu longo tempo na leitura. Por ultimo, saiu do esconderijo, e, quando atravessou por diante da casa, ergueu os olhos; assim que viu a joven e o velho, perturbou-se e tentou esconder a carta.

A Amalia e o Romulo olharam um para o outro sem dizer palavra.

— Demora-se aqui um bocadinho? — Se não, mando chamar o Joaquim. Vou fallar com o Enéas, quero saber...

— Vá — disse a Amalia — que eu fico...

— Nunca fiando... não é bom deixal-o sosinho, não vá elle lembrar-se d'outro disparate... Que a menina pode estar descênçada... verá que nem sequer abre os olhos... Eu volto já.

A Amalia ficou como que aturdida, á janella. Viu que o Romulo abraçava o engenheiro e que se afastavam ambos por uma rua do jardim, de braço dado; depois voltou-se, deu um passo na direcção do leito e deteve-se, perturbada... O Frederico fitava a intensamente, com os olhos muito abertos.

— Senhor Frederico — balbuceou.

— Minha Senhora!

— Como se sente?

— Agora, melhor; sinto muito peso na testa, um peso enorme, uma montanha...

— Quer que lhe mude o lenço?

— O Frederico não respondeu, e ella, que pouco a pouco ia serenando, desempenhou a piedosa occupação com delicadeza de enamorada enfermeira. O enfermo, ao sentir o contacto frio do lenço, deu um fundo suspiro.

Sentou-se a Amalia á cabeceira; não sabia o que dissesse; sob o olhar doce e melancolico do Frederico, sentia-se coacta, outra vez.

— Veja se dorme — lhe disse — deve-lhe fazer bem... quer que vá cerrar a janella?

— Não, não, gosto de ver a luz; gosto de ouvir

falar baixinho; diga-me alguma coisa; seja o que for... muito devagar, escuta o-hei...

Este capricho do doente fez sorrir a Amalia, que não sabia modo de o satisfazer, eis se não quando, entra o Joaquim, em bicos de pés. Frederico fechou immediatamente os olhos e voltou a estar imóvel, como d'antes.

— Menina — disse o velho — o seu papá chama-a.

— Ah! o papá! E como está elle?

— Melhor.

— Eu vou já.

O enfermo, porém, tornava a abrir os olhos, e a Amalia, instinctivamente, acrescentou:

— Eu volto já.

Ergueu-se sem fazer bulha e saiu acompanhada pelo olhar do mancebo.

O pae esperava a; tinha fitos os olhos na porta, e apenas a viu entrar, sorriu-se e acenou-lhe que se aproximasse. Como se fôra coisa d'ante mão combinada, a Tranquilina apartou-se da cabeceira do marido, foi ao encontro da filha, beijou-a, sem fallar, na testa, e sabia.

— Menina — disse o dr. Roque, assim que agarrou c'o a mão manca as duas mãos da Amalia — menina — és valente? Não tenhas medo, responde-me — és valente?

— Posso dizer-te que?...

A menina, porém, mesmo sem saber do que se tractava, entrou a tremer, e o dr. Roque interrompeu-se para continuar em tom rabugento, mas nem por isso menos carinhoso...

— Que vem a ser esse tremor? Eu terei cara que meta medo a alguém?

— Tenho uma coisa a dizer-te... mas se te pões a tremer...

— Dize não tremo... vês?...

— Dir-ta-hei: por que deves sabel-a; esta noite... minha filha... não te assustes, que é tolice; esta noite tive um...

— Que foi, que tiveste, papá, o que foi?...

— Tive um pesadello — murmurou o doutor, renunciando á confidencia preparada e agarrando-se á primeira invenção que lhe occorreu para emendar a sua inepcia; — um sonho, um sonho péssimo.

— Um sonho apenas?

— Pois já se vê... Ah! e não vas julgar que... as sete vacas gordas e as sete magras... Nos sonhos falla talvez... Tu sabes quem é que falla nos sonhos... sabes?

— Eu não — respondeu, a rir, a Amalia.

— Muito bem... assim é que eu gosto — que te rias... Como vamos pois dizendo, sonhei que hei de morrer breve... ri-te!... o que, sem duvida, significa, que nunca hei de morrer... ri-te!

— A Amalia não ria.

— E, em vespas de deixar este mundo, sabes tu, filha minha, o que me acabrunhava?

A joven fixava, com tenacidade, nos lençoes os olhos arrazados de lagrimas.

— Acabrunhava-me a ideia de não ter logrado obter a confiança da minha filha; de ter vindo ao mundo, unicamente, por sua causa e de a não ter deixado... feliz.

— Mas, papá, eu sou feliz!

— Não ha tal. Mas vamos ao caso; tu não amas o engenheiro Enéas...

— Disse que havia de casar com elle!

— Casarás com elle, mas não lhe tens affecto — e sabes como isso se chama: — Aquí, suavizou o doutor a voz e acrescentou, em falsete: — chama-se uma *acção má!*

Notando, porém, que a phrase, dita d'aquelle modo, não surtira effeito, repetiu-a na sua voz natural e com ligeira variante.

— Uma acção ruim.

Riu contrafeita a Amalia e disse:

— Essa ideia também te occorreu em sonhos?

— E outra ainda, queres que t'a diga?

A Amalia não respondeu.

— Pois vou dizer-t'a; occorreu-me que, ao contrario, estás apaixonada por...

— Veiu tapar-lhe a bôcca um beijo.

— Negu-o se te atreves, já que começaste a mentir, continua.

A Amalia não negou, mas poz-se a chorar. O matuto do doutor Roque abraçou-a, deixou que desabatasse e, d'alli a nada, disse:

— Ora ouve, enquanto eu viver não se hão de fazer taes disparates; mandêmos passear o engenheiro e casêmos com o outro... Estamos de accôrdo?

— Prommetti... balbuceou a Amalia.

— Em assumptos d'estes não significa coisa nenhuma uma promessa; para os arrendamentos, ha prazo; para as vendas, ha, por vezes, a invalidação e a «lesão enorme», para o casamento, porém, não ha remedio; só se desfaz com a morte, e os tribunales d'este molino mundo são muito capazes de não ver a «lesão enorme», no acto de casar um engenheiro com uma rapariga como tu. Assim, pois, és livre como o ar.

A Amalia não respondeu, abanou, porém, denegeticamente a cabeça.



M.<sup>me</sup> CARNOT — FALLECIDA EM 1 DO CORRENTE.

— E então, disse que sim, e hei de casar.

— Não foste tu que o disseste — mas sim eu — disse o doutor tentando ainda insistir.

— E eu também.

— Pois olha: sabes o que farei: morrer mais cedo, e á hora da morte...

A Amalia, porém, interrompeu-o com uma caricia.

— Escuta — proseguiu o doutor — e se fosse o engenheiro que não quizesse?...

— E' inútil papá, é inútil.

— Sempre és muito teimosa... Calla-te, vae-te embora... e deixa o caso por minha conta...

— Não lhe digas nada, papá; não queiras que eu morra de vergonha.

— Dá licença? — perguntou, de fôra, a voz do engenheiro.

— Pode entrar. — gritou o Roque

E já a donzella estava nos humberes da porta: parrutou com o noivo um olhar triste e um leve sorriso, e, muito á pressa, disse-lhe:

— Não acredite uma palavra do que o papá lhe disser.

— Obrigado — respondeu, melancolico, o engenheiro, e apertou a mão da Amalia, aquella mãozinha delicada e morbida que elle na vespera es-

tivera a pontos de metter na algibeira como coisa muito sua.

(Continua.)

Pin-Sel.

## NECROLOGIA

MADAME CARNOT

Foi com dolorosa surpresa que soubemos da morte da illustre dama, a saudosa viuva do malogrado e illustre presidente da republica da França mr. Sadi-Carnot. Desde muito tempo que a esta senhora prestavamos respeitosa homenagem. Boa, sympathica e insinuante, a desditosa viuva merecia de todos uma vivissima estima pelas suas virtudes. O golpe do assassinio de seu marido achou em toda a Europa um echo consolador, que, embora pungentissima fosse a sua pena, essas demonstrações de condolencia lhe deram um suave balsamo ás suas tristes circumstancias.

Não partilhara impunemente sete annos de vida official com seu marido, d'essa vida, em que os deveres de um tão elevado cargo são ás vezes bem penosos e peizados. A perda do esposo querido quasi que foi a perda completa de toda a sua ventura. Mas como mãe amantissima, logo que se viu affastada do bulicio do Elyseu, concentrou a nobre senhora em seus quatro filhos todo o seu amor, toda a sua actividade.

No lugar supremo a que o destino a elevára, madame Carnot soubera tornar-se crédora dos respetos e homenagens que a sua bondade e gentileza lhe tinham grangeado na sociedade, e de uma sympathia cuja recordação será eternamente saudosa para todo o bom francez.

Quando aqui registámos o assassinio do grande presidente Carnot, também dispensámos algumas palavras a sua esposa, esperando que Deus lhe concedesse a necessaria resignação para minorar sua dor. E esse voto, que uma extranha sympathia nos impulsionou a fazer, parece que foi ouvido, terminando agora a bondosa senhora o seu luto e a sua dor na terra.

Porque a vida sem ventura, a existencia entre recordações amarissimas é condição triste que o exercicio de virtudes excellas não pode dulcificar.

Madame Cecilia Carnot pertencia a uma das familias a que a França mais deve. Em 1848, seu pae, o illustre economista Dupont White, fôra o activo secretario do ministerio da justiça, cargo espinhosissimo em uma época tão agitada.

Ha uns quatro mezes que madame Carnot se encontrava no seu castello de Presla, em Ferté-Allais, quando subitamente a morte a roubou a quantos a adoravam. Morte feliz aquella em que o espirito e o corpo mal experimentaram a agonia; morte invejavel e propria de um coração puro a quem a sorte avara concede apenas esse favor.

Desde a morte do esposo amado, que Madame Carnot se retirara completamente da vida publica, onde de repente um golpe tão forte a alanceára. D'esse recolhimento expressivo de uma dor immensa, apenas uma excepção a infeliz senhora se permittiu de abrir, recebendo a visita do imperador da Russia e de sua esposa, por occasião da sua viagem a França, pois que os dois imperantes manifestaram vehementes desejos de cumprimentarem a desditosa viuva do illustre presidente.

Descance, pois, em paz a bondosa senhora, a quem Deus se appressou em conceder o justo premio das suas dores na vida terrena, chamando-a a desfructar as bemaventuranças aternas.

E. P.